

Eixo Temático: Infâncias no Campo e Educação infantil

As dificuldades de acesso às instituições de ensino no contexto rural: um relato de experiência.

Las dificultades de acceso a las instituciones educativas en el contexto rural: un relato de experiencia.

Tiffany Matos de Jesus¹

Silvano da Conceição (Orientador)²

Resumo

No presente trabalho problematizamos as dificuldades de acesso do estudante camponês ao sistema educacional, especialmente na etapa da educação infantil. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um relato de experiência biográfica, abordando os desafios enfrentados pelas crianças camponesas para acessar as escolas primárias, em decorrência da falta de transporte escolar adequado, da estrutura física inadequada das instituições de ensino e da escassez de recursos didáticos. Na primeira parte do texto é relatada a vivência da autora como discente da educação infantil, enquanto que na segunda explora sua experiência atual como auxiliar de classe na educação infantil de uma escola do campo. Para embasar a argumentação desenvolvida ao longo do texto foram analisados artigos científicos e documentos governamentais. Constatou-se, por meio desse trabalho, que a educação no campo tem sido historicamente negligenciada, apresentando disparidades em relação às redes de ensino das áreas urbanas. As crianças do meio rural enfrentam diretamente as consequências da desigualdade social, tendo seus direitos constitucionais desrespeitados e sua cidadania reduzida e limitada.

Palavras Chaves: Acesso Educacional. Desigualdade Rural. Educação do Campo. Educação Infantil.

1 Introdução

A compreensão integral do campo como um espaço multicultural deve desprender-se da conceituação simplista que o configura a partir de um perímetro não urbano. Nessa perspectiva, torna-se fundamental evidenciar que a ocupação e a posse da terra vão além dos aspectos materiais que permeiam essa relação entre o indivíduo e o território.

Dentro desse contexto, percebe-se que a educação infantil desempenha um papel crucial na emancipação intelectual do povo camponês. A educação, desde os primeiros anos, pode atuar como um vetor de transformação, promovendo o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de habilidades que são relevantes tanto para a vida no campo quanto para a compreensão crítica do mundo. Portanto, a educação infantil no contexto rural é uma

1 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Membro do Grupo de Pesquisa Legados Indígenas e Africanos, Relações Étnico-raciais Contemporâneas e Legislação Educacional.

2 Doutor em Sociologia pela UFSCar, Prof. Titular junto ao DFCH da UESC. Professor permanente nos programas de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e na Pós-Graduação em Ensino (PPGen), ambos da UESB. Coordenador do Grupo de Pesquisa Legados Indígenas e Africanos, Relações Étnico-raciais Contemporâneas e Legislação Educacional.

ferramenta de emancipação que vai ao encontro da construção de um espaço onde a diversidade cultural é respeitada e onde a terra é vista não apenas como um bem material, mas como um espaço de vida, cultura e identidade. Assim, a valorização das particularidades do campo, juntamente com uma educação de qualidade, pode promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável para as comunidades camponesas.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 205, afirma que a educação é um direito de todos e deve ser promovida pelo Estado e pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse artigo estabelece as bases para a educação no país, enfatizando que ela deve ser acessível a todos, sem discriminação. Todavia, percebe-se que esse direito por mais que seja constitucional, não se aplica efetivamente. (Conceição e Rodrigues, 2022, p. 2) enfatiza que: “No decorrer da história da educação brasileira, os trabalhadores camponeses, quando não excluídos, tiveram acesso restrito à educação”. Assim sendo, através da referência expostas acima, percebe-se que historicamente, as políticas educacionais no Brasil foram mais voltadas para as populações urbanas e para a elite, deixando a educação rural em segundo plano.

É nessa perspectiva que o presente resumo buscar desenvolver um olhar crítico sobre as escolas da educação infantil do campo, em Taboquinhas, distrito de Itacaré - BA. Levando em consideração que a educação infantil no campo é uma etapa fundamental para o desenvolvimento social e cognitivo das crianças que vivem em áreas rurais.

2 Metodologia

A fase inicial da pesquisa consiste em um relato autobiográfico da autora, que descreve sua experiência de infância como estudante em uma instituição de ensino situada na zona rural de Taboquinhas, distrito de Itacaré, na região sul da Bahia, no ano de 2005. A análise deste relato é fundamental para embasar as discussões subsequentes acerca da formação identitária e das relações educacionais na referida localidade. A segunda etapa fala sobre a experiência da autora como auxiliar de classe numa turma de educação infantil da zona rural de Taboquinhas em 2024. As análises no contexto escolar se deu por meio de observações informais, com as argumentações embasadas e fundamentadas a partir das produções de Cruz (2024), Conceição e Rodrigues (2022), a Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica: diversidade e inclusão.

3 Desafios no Acesso ao Ensino em Áreas Rurais

A minha experiência pessoal enquanto aluna da educação infantil numa escola localizada na zona rural, representa as vivências de muitas pessoas que, assim como eu, são oriundas do campo e enfrentaram diretamente diversas dificuldades em sua formação educacional primária. Nasci em Salvador, mas fui criada pelos meus avós maternos desde os 15 dias de vida, em uma pequena propriedade situada na zona rural de Taboquinhas, um distrito da cidade de Itacaré, no sul da Bahia.

Meu avô não foi alfabetizado, dedicando sua vida inteira ao plantio e cultivo do cacau, enquanto minha avó aprendeu a ler e escrever. Tendo frequentado 2 anos do ensino primário foi impedida por seu pai a continuar os estudos, que acreditava que os centros educacionais serviriam para corromper a honra feminina e instigar pensamentos inadequados na mentalidade infantil.

Em 2005 iniciei meu processo de alfabetização ao ingressar numa escola situada nas proximidades da região em que residia. Era uma escola montada de forma provisória numa barcaça (estruturas que, normalmente, são utilizadas para a secagem das amêndoas de cacau, expostas à incidência solar direta, sem portas nem cadeiras, tampouco recursos metodológicos adequados às aulas, contando apenas com um quadro negro e um giz). Sentávamos em acomodações improvisadas, utilizadas pelos trabalhadores rurais durante o processo de quebra do cacau e compartilhávamos o espaço com os cães da propriedade, que já haviam estabelecido o hábito de se refugiar ali, utilizando aquele local como abrigo contra o sol e a chuva. Após permanecer dois anos tendo aulas naquele espaço, minha avó, decidiu transferir-me para outra escola, porém, a escola mais próxima, com estrutura mais adequada, encontrava-se a uma distância de uma hora e meia de caminhada. Para contornar mais esse obstáculo, minha avó matriculou-se comigo e me acompanhava diariamente nesse trajeto até a nova escola.

Os desafios relacionados à acessibilidade das instituições de ensino e à qualidade da sua infraestrutura eram tão significativos que se desconsiderava a implementação por parte da escola de instrumentos e conteúdos essenciais para que as crianças adquirissem uma aprendizagem de qualidade, desenvolvendo plenamente suas potencialidades. A urgência da situação consistia em assegurar meu acesso e permanência numa instituição de ensino que não comprometesse minha integridade física. Não havia atenção à eficácia das metodologias empregadas pelos docentes, nem se considerava a procedência de sua formação profissional. Essas indagações estavam para além das possibilidades da época.

3.1 Ambiente Escolar no Campo: reflexões como discente da Educação Infantil e como Auxiliar de Classe

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, atualmente, as estruturas físicas das escolas têm passado por mudanças significativas. No entanto, ao compararmos essas transformações com as das instituições localizadas na zona urbana, evidencia-se uma discrepância substancial nos investimentos direcionados a esses dois setores. “As estruturas escolares das escolas do campo foram ao longo dos anos negligenciadas, no mar das vezes, em detrimento de estruturas espacialmente localizadas nas sedes dos municípios” (Cruz, 2022, p. 8). Essa disparidade pode ser atribuída a vários fatores, incluindo a urbanização crescente, que muitas vezes resulta em uma concentração de serviços e recursos nas cidades. As escolas rurais, que atendem populações menores e muitas vezes mais vulneráveis, acabam recebendo menos suporte, o que impacta diretamente a qualidade da educação oferecida.

A escola em que trabalho possui apenas duas turmas multisseriadas, sendo que a primeira turma corresponde à primeira etapa da educação básica, atendendo crianças com idades entre 3 e 6 anos. A segunda turma é composta por alunos do 1º ao 3º ano. A estrutura da escola não atende de maneira integral as necessidades básicas das crianças: salas de aula apresentam deficiências em iluminação e ventilação, os banheiros não são adequados para a faixa etária dos alunos e não há espaço destinado a atividades externas, como parques ou áreas recreativas.

Esse cenário se torna ainda mais preocupante quando consideramos a inclusão de crianças com deficiências, pois a acessibilidade e as adaptações necessárias para garantir que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento são frequentemente negligenciadas. A ausência de materiais didáticos que reflitam a diversidade cultural e respeitem as diferenças entre os alunos dificulta a criação de um ambiente de aprendizado inclusivo, onde todas as crianças possam se sentir valorizadas e representadas. O meio de transporte utilizado frequentemente é o conhecido "pau de arara", um método que, além de arcaico, expõe diariamente a vida das crianças a riscos consideráveis. Essa modalidade de transporte carece de segurança e conforto adequados, resultando em uma situação preocupante para os estudantes. Tal cenário configura uma violação dos direitos fundamentais das crianças e demanda uma reflexão crítica e a implementação de medidas que garantam um transporte seguro e digno para todos os alunos.

Outra problemática observável é a ausência de investimento na formação dos docentes, que não recebem suporte pedagógico e são excluídos de jornadas pedagógicas e projetos destinados à formação continuada. Tal situação ocorre porque esses projetos de especialização acontecem na zona urbana, no centro de Itacaré. Além disso, o município não oferece transporte, obrigando os professores a arcar com os custos das viagens. Como

apontam Conceição e Rodrigues (2022, p. 16) “há grandes desafios na formação docente campesina no Brasil, visto que, embora tenhamos uma legislação de proteção e valorização da cultura e modo de vida desses povos, há uma crescente violação dos seus direitos constitucionais”. Dessa forma, a formação docente campesina no Brasil requer um enfoque que não apenas respeite, mas que integre e fortaleça as identidades e os modos de vida dos povos do campo. Isso implica na construção de um currículo que considere as especificidades locais, na capacitação de professores e na efetiva participação da comunidade escolar na elaboração de políticas educacionais que atendam às suas demandas e direitos. A promoção de uma educação contextualmente relevante é essencial para garantir que esses docentes possam, de fato, atuar como agentes de transformação social em suas comunidades. Em síntese, observa-se que as ausências verificadas na Escola Alegria traduzem uma realidade adversa, que compromete não apenas o pleno desenvolvimento profissional dos docentes, mas também restringe o desenvolvimento cognitivo das crianças.

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES.

Contata-se que a vida no campo, em muitas circunstâncias, apresenta-se repleta de dificuldades e contratempos, todavia, a perseverança e a resiliência dos povos campesinos, demonstram a força e a resistência intrínsecas ao seu processo histórico e que certamente possibilitou a sua sobrevivência física e cultural. Dessa forma, compreende-se que os obstáculos que impossibilitam ou dificultam a acessibilidade das escolas em contextos rurais devem ser analisados e discutidos, de modo que se possam criar políticas públicas alinhadas à subjetividade local e implementadas de forma assertiva.

[...] empurram as sociedades para a manutenção de opressões, desigualdades e hierarquizações que excluem do próprio sistema educacional a maioria das populações globais e locais, e particularmente as populações do campo. A educação do campo emerge assim como um projeto político necessário para essa ruptura. (Cruz, 2024, p. 4 apud Quijano, 2004).

A citação traz à tona um ponto crucial sobre como as sociedades muitas vezes sustentam práticas que mantêm opressões e desigualdades, excluindo várias populações do sistema educacional, especialmente as do campo. Ou seja, enquanto algumas pessoas têm acesso aos recursos educacionais, muitas outras, que vivem em áreas rurais, ficam de fora. A ideia de uma "educação do campo" surge como uma forma de contestar essa realidade, sendo vista como um projeto político essencial para mudar essa situação. Em outras palavras, a educação do campo não é só sobre ensinar, mas também sobre empoderar essas comunidades e lutar contra as injustiças que as excluem. É um chamado para romper com o que vem sendo imposto, buscando uma educação mais inclusiva e que realmente atenda às

necessidades e realidades das populações rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, entende-se O acesso às escolas não é apenas uma questão de infraestrutura, mas também um direito fundamental que garante a cada indivíduo a oportunidade de desenvolver seu potencial e contribuir para a sociedade. Portanto, o objetivo não deve ser apenas promover um acesso mais equitativo ao conhecimento, mas também valorizar e incorporar saberes locais, incentivando um modelo educacional que seja verdadeiramente inclusivo. Para que isso ocorra de forma eficaz, é imprescindível que haja uma formação adequada de professores, capacitando-os a entender e respeitar as realidades culturais e sociais das comunidades em que atuam. Professores bem formados são capazes de adaptar suas abordagens pedagógicas, integrar metodologias que reconheçam a diversidade e inovar na construção do conhecimento, de modo a garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem, tenham suas vozes ouvidas e suas capacidades desenvolvidas. Assim, a combinação de acesso facilitado às escolas e uma formação docente de qualidade pode resultar em um sistema educacional mais robusto, capaz de

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para a educação básica: diversidade e inclusão**. Brasília, 2013.

CONCEIÇÃO, Silvano da; RODRIGUES, Vilma Auréa. A educação intercultural e os desafios para a escola e docentes do campo. **Sertanias: revista de ciências humanas e sociais**, v. 3, n. 2. p. 01-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v3i2.10555>.

CRUZ, Danilo Uzêda da. O mundo rural e a prática educativa: para continuar a refletir uma educação emancipadora. **Cadernos de Ciências Humanas**, v. 21, 2024.